

54



Câmara Municipal  
de  
Jundiá

Interessado: ARIOVALDO ALVES

MOÇÃO Nº 11

Assunto: APOIO ao Dia Internacional da Mulher.

CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAI  
Diretoria Legislativa  
ARQUIVE-SE  
6 de outubro de 1970

Proc. N.º 14.489  
Clas.

ARIOVALDO



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ  
Sala das Sessões  
Apresentado à Mesa em 21/3/1978  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ  
PROVADO  
câmara municipal de Jundiá  
estado de São Paulo  
Sala das Sessões, em 21/3/1978  
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ  
PROTÓCOLO DATA  
010488 20 MAR 78  
CLASSIF.

Of. CMD 03.78.51

Que valor tem hoje, a mulher brasileira como participante ativa no processo histórico de nossa cidade e de nosso país?

Essa indagação é de alta importância e não tem merecido, na nossa opinião, a atenção devida.

Esta perspectiva foi que nos estimulou a trazer a debate, através desta moção, este assunto oportuno, pela passagem do Dia Internacional da Mulher, e importante, pelas características de que se reveste.

Assim, haveremos de perguntar: a mulher da sociedade jundiáense já foi pensada, nesta Casa, como faixa da sociedade que tem necessidades específicas? Será que o poder público - atende às necessidades desta faixa que está em nosso país, em sua maior parte, alijada de participar politicamente nas decisões, - devido a uma estrutura sócio-econômica discriminadora?

As mulheres enfrentam diversos problemas no seu dia a dia. Dentre os mais pungentes, destacamos os da empregada doméstica, que não vê seus direitos atendidos, embora a CLT lhe reserve alguns mínimos direitos; a dona de casa, que não recebe remuneração por seu trabalho, de importância fundamental para a sociedade, na manutenção e harmonia da família brasileira, se vê quase que totalmente desamparada pelo Estado; há também o caso da mulher que além de trabalhar deve, depois do trabalho, enfrentar outro trabalho, qual seja, o de dona de casa; os problemas enfrentados na velhice são terríveis e atingem a ambos, homens e mulheres.

Estas questões, aparentemente simples, levantam - questões de profundidade e bastante novas, e justamente por isso, devem ser discutidas.

Temas como a Mulher e Família, Mulher e a Comunidade, Mulher e o Trabalho e a atuação política da Mulher, são - abordados em recente documento elaborado por vários órgãos da classe e foi lido em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, na cidade de São Paulo (08/03).



3  
AB

- fls. 2. -

O documento, evidentemente, provoca preconceitos e uma certa temeridade por parte da sociedade, que normalmente se retrai diante de inovações. Como dizia Maquiavel, o novo causa - temor por não oferecer experiência anterior que o recomende.

No entanto, o homem público deve estar atento às mudanças sociais, sob pena de estar fora da realidade. Realidade esta que ele tem que conhecer bem, para bem governar.

É sob a perspectiva de uma possível mudança que se inicia no bojo de nossa sociedade, que devemos analisar este fato social, qual seja, o documento elaborado pelas mulheres.

Este documento significa, essencialmente, o despertar das mulheres em relação aos nossos problemas econômicos, sociais e políticos.

Em casa, o termômetro que mede o custo de vida é a mulher. Os problemas sociais do bairro são sentidos pelas mulheres e defendidos pelos homens.

No trabalho, as mulheres são discriminadas.

E elas são o esteiço da família.

A força desse despertar, se pensarmos honestamente a respeito, tem sua força na proporção direta dos problemas causados pela estrutura econômica e social do país. Ou seja, a causa - do movimento determina sua força. Quanto mais grave os problemas, maior é a força do movimento que tentará resolvê-los.

E nós sabemos que os problemas econômicos (custo de vida e má distribuição da renda) geram problemas políticos, econômicos e sociais gravíssimos.

A injustiça sócio-econômica é a causa deste movimento. Tanto isto é verdade, que as reivindicações deste documento vêm todas neste sentido. Maior justiça social e econômica.

Como homem público e como cidadão, haveremos sempre de nos posicionar favoravelmente a todos os movimentos que visem verdade, justiça e liberdade como objetivos.

Apresento, pois, na forma regimental, para consideração do Plenário, esta MOÇÃO DE APOIO ao Dia Internacional da -



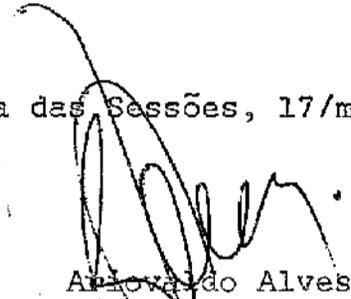
4  
Al

- fls. 3. -

Mulher, enviando-se cópia desta ao Movimento Feminino do M.D.B. -  
Diretório Regional - Câmara Municipal de São Paulo - Palácio An-  
chieta.

Sala das Sessões, 17/março/1 978.

art.  
608



Arnaldo Alves

procurador municipal

209m  
Luzia  
Câmara

# Mulheres: um documento por melhores condições de vida

Durante o encontro comemorativo do Dia Internacional da Mulher, realizado ontem no plenarinho da Câmara Municipal foi lido aos presentes documento elaborado por diversas entidades, entre as quais a Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, o Movimento Feminino do MDB, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira - Setor São Paulo, os jornais "Nós Mulheres" e "Brasil Mulher", o Movimento Feminino pela Anistia, o CEBS - Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, o Grupo de Mães da Zona Norte, Grupo de Mães da Zona Sul, o DCE Livre da USP e o Pró-Mulher.

Nesse documento, analisando quatro tópicos da situação da mulher brasileira, as entidades comentam aspectos do desenvolvimento da luta da mulher por sua emancipação: "Existe no País, atualmente, um clima geral que se caracteriza pela predominância de determinadas forças políticas que expressam os anseios da sociedade brasileira, da qual, nós as mulheres, somos parte integrantes" - principia o documento - "É dentro deste contexto que as entidades organizadoras e os grupos que nos apoiam resolveram considerar este dia, 8 de março de 1978 - Dia Internacional da Mulher - uma celebração unitária em que nós, as mulheres, demonstramos nossa firme posição em nos unirmos àqueles que estão empenhados na luta por liberdades democráticas".

Desenvolvendo os temas "A Mulher e a Família", "A Mulher e a Comunidade", "A Mulher e o Trabalho" e "A Atuação Política da Mulher", o texto divulgado pelas entidades apresenta vários aspectos que foram discutidos por três grupos de debate em encontro preparatório realizado no último dia 4.

## As donas de casa discutem na igreja

"Que o dia 8 de março não seja uma festa, mas um dia de luta para discutirmos nossos problemas e nossos direitos".

Com esta frase, Aparecida Kopcak, presidente da Associação das Donas de Casa, encerrava ontem à tarde, na igreja Nossa Senhora da Aparecida, na Ponte Rasa, a comemoração do Dia Internacional da Mulher, promovida pela entidade que dirige.

Cerca de 150 donas de casa do bairro e regiões próximas, quase todas pobres e cheias de filhos, largaram seus afazeres domésticos para participar da comemoração. Pelas paredes da pequena igreja, decoradas com cartazes alusivos à "escravidão da mulher na sociedade" e o significado do dia 8 de março, ecoaram, durante mais de duas horas, as reivindicações de maior participação da mulher na sociedade e vida política do país, melhores salários para os trabalhadores e melhores condições de vida para a população.

"A gente reclamava dos maridos que, chegando em casa à noite, iam beber no bar - discursou empolgada, numa linguagem muito simples, a representante da Associação das Donas de Casa do setor Mauá. Mas a gente só falava dos filhos, só lavava, passava, via TV. Ah, fomos nos unindo e aos poucos perdemos o medo de falar. Tínhamos vergonha de falar errado, mas se falamos errado, culpa não é nossa mas da sociedade que nos colocou nessa situação".

E sem medo de falar, a dona de casa prosseguiu:

"A mulher do operário é uma heroína porque consegue viver com aquele salário. Então, a gente tem de se unir, tomar consciência dos problemas que nos atingem e assim, ajudar nossos maridos, fazendo com que reconheçam na gente o valor que realmente temos".

A assembleia, como elas preferem chamar, começou às 14h15. Não vieram todas as 300 mulheres que as organizadoras esperavam, pois foram impedidas pela chuva que caiu



Dona Maria, 59 anos, 10 filhos: "Que as mulheres consigam levar adiante este movimento de falar com o povo".

intermitentemente durante toda a tarde de ontem. "Mas aqui está o pessoal de base, o que trabalha mesmo, dizia Aparecida. E só o fato de elas saírem de casa e virem até a igreja, já mostra o que conseguimos em termos de conscientização".

Entre os presentes, estavam também representantes do Movimento do Custo de Vida, de outros setores da Associação das Donas de Casa e membros da Igreja, que apóia e cede suas instalações ao movimento.

A Associação das Donas de Casa existe desde 1967 em Mauá, Santos, Santo André e alguns bairros da Zona Leste. É um movimento que luta para conseguir melhorias para os bairros, elevação do padrão de educação dos filhos e para dar o devido valor à mulher no trabalho doméstico e como ser humano.

As mulheres que integram a Associação parecem conscientes de seu papel. Através de jograis, adaptação de músicas, não se acanharam em denunciar sua condição e os problemas sociais.

Desenvolvendo o tema "Mulher e Família", o texto afirma que "a função principal das mulheres, na sociedade em que vivemos, ainda é a reprodução, a criação e educação dos filhos que serão futuros trabalhadores. As mulheres, pela realização dos trabalhos domésticos, não recebem qualquer remuneração, mas isso não impede que com este trabalho elas eslejam concorrendo para complementar o salário do marido ou companheiro. E apesar de realizarem diariamente este trabalho invisível, mas fundamental para a sociedade, não tem nenhum amparo jurídico, nem são protegidas pelo Estado".

"Neste sentido, reivindicamos:

Mudança no Estatuto Jurídico Conjugal em relação ao casamento e amparo aos filhos de qualquer natureza; - Amparo legal à mulher sozinha com filhos, de forma a garantir a sua educação e sobrevivência, criando condições para que a mulher participe do mercado de trabalho; - Socialização do trabalho doméstico através da criação de creches, escolas maternas, parques infantis e escolas de 1.º e 2.º grau em período integral com refeições; - Lavanderias e refeitórios públicos nos bairros a preços populares; - Cooperativas de consumo de gêneros de primeira necessidade com preços tabelados. Todos os serviços comunitários deverão ser geridos com a participação e direção dos usuários."

Posicionando-se contra o programa de prevenção da gravidez de alto risco que o Governo quer impor à população" — o documento afirma que "os riscos gravídicos se constituem em todos os fatores de agravos físico, sociais e psíquicos durante o processo de reprodução. O bom desenvolvimento desse processo dependem de garantias sociais, físicas e psíquicas que a mulher deve ter desde o nascimento na adolescência, nas etapas de vida fértil, gestação, pós parto e intergestação). Controlar a gravidez de alto risco significa permitir a toda mulher garantias no processo de reprodução, e não a tentativa de impedir que a mulher engravide. É um direito dela escolher o número de filhos que quer ter em perfeitas condições de saúde" — acrescenta o documento.

"Considerando os depoimentos contraditórios a nível governamental, que não deixam claro o porque do programa de gravidez de alto risco", indaga o texto:

a) — Não existiria uma intenção de escamotear as dificuldades surgidas em vários níveis da sociedade brasileira?  
b) — Ocultar os graves problemas de saúde em nosso País: alta mortalidade infantil, alto índice de doenças infecciosas, falta de saneamento, alta mortalidade materna e desnutrição?"

#### "MULHER E COMUNIDADE"

Desenvolvendo o assunto "Mulher e Comunidade", e dividindo-o em tópicos, o documento apresentado no Dia Internacional da Mulher analisa da seguinte maneira a questão da saúde:

"O problema da saúde está ligado com o problema da distribuição da renda à medida que as camadas de renda mais alta têm possibilidades de uma boa assistência médica e as de renda mais baixa, não. Nossa posição é a de que devemos lutar para que haja um atendimento da população em termos de medicina preventiva, e saneamento básico, diretamente vinculados à assistência à saúde".

Como solução, são apresentadas as seguintes reivindicações: "Mais e melhores postos e centros de saúde; que a população participe de sua organização; que o Estado assuma efetivamente a assistência médica para que esta atenda às necessidades da população e não aos interesses das empresas privadas da Medicina".

Sobre o tópico "Educação", diz o texto que "é necessário lutar não só para que haja mais creches, parques infantis e escolas, mas que sejam de boa qualidade.

"No caso das mulheres que trabalham fora que se cumpra a lei com relação à existência de berçários e creches; — Salários justos para os professores como condição essencial para a melhoria da qualidade do ensino".

Analisando o tópico "Habitação", o documento levanta os seguintes pontos: "Aluguéis muito caros e proporcionalmente mais caros na periferia do que no centro, especulação imobiliária, loteamento clandestinos, falta de áreas de lazer e áreas

verdes, saneamento básico e Lei do Inquilinato".

O documento reivindica: — "Reformulação da Lei do Inquilinato e aluguéis mais baixos; — Implantação efetiva do saneamento básico nos bairros de periferia; Que baixem os impostos referentes aos serviços de melhoria; — que o BNH cumpra seu papel de servir à população e não as imobiliárias e construtoras; — Que o Estado proteja os interesses dos compradores de loteamentos clandestinos e garanta um preço justo para as desapropriações".

No tópico transporte, as entidades reivindicam "a organização de um serviço de transporte coletivo assumido pelo Estado e que corresponda às necessidades da população em termos de locomoção e às suas possibilidades financeiras".

A questão "Segurança", diz o texto que "foi levantado principalmente o problema do medo da população com relação ao aparato policial ostensivo que age violenta e arbitrariamente. Neste sentido, reivindicamos: que os serviços de segurança cumpram a sua função de proteção à coletividade e para que a comunidade tenha meios de controlar, sem coação, a sua atividade".

#### "MULHER E TRABALHO"

"A mulher é, em sua maioria, uma desempregada em potencial" — diz o documento. "Das mulheres economicamente ativas 32 por cento trabalham em atividades rurais; 15 por cento, como empregadas domésticas, e apenas uma minoria integra o mercado de trabalho nas fábricas, nos empregos do terciário ou como profissionais liberais. Isso significa que a metade das mulheres que trabalham integram-se em setores onde não existe nenhuma segurança de trabalho, onde nem mesmo a CLT vigora (caso das trabalhadoras rurais e empregadas domésticas)".

Mais adiante, o documento afirma que "o problema da discriminação não se limita às diferenças salariais, mas estende-se a outras questões: a preferência pelo homem na admissão ao emprego; a discriminação contra a mulher casada ou gestante; a demissão, sem justa causa, da mulher que se casa; a dificuldade que a mulher encontra para progredir no emprego e assumir cargos de chefia".

Outro dos "maiores problemas que a trabalhadora enfrenta", segundo o documento, "é a dupla jornada de trabalho, ou seja ela cumpre não só a jornada de trabalho na fábrica, ou onde quer que seja, como também ao chegar em casa, ela deve lavar e passar a roupa, cozinhar, limpar e arrumar a casa, o que implica em outras tantas horas de trabalho".

Concluindo sua análise sobre o tema "A Mulher e o Trabalho", o texto faz o seguinte comentário: "Em fevereiro último, o presidente Geisel aprovou o projeto de lei que modifica a CLT no Capítulo referente à mão de obra feminina. A principal alteração é a liberdade do trabalho noturno e das horas extras para as mulheres. En-

tretanto, se de um lado é importante a igualdade jurídica entre o homem e a mulher, trata-se de ver, que nesse caso, não se pretende a igualdade na exploração. O cumprimento de horas extras não é uma reivindicação, mas uma consequência dos baixos salários insuficientes para a sobrevivência do trabalhador e de sua família. E, à medida que o trabalhador ou a trabalhadora passa a cumprir uma longa jornada de trabalho, que deveria ser feita por dois trabalhadores, contribui-se para manter a situação de desemprego atual".

Sobre o assunto, as reivindicações das mulheres são as seguintes: - Para trabalho igual, salário igual; Estabilidade de emprego a todos os trabalhadores; - Pim da discriminação profissional que impede que a mulher desempenhe certas profissões e impede sua ascensão profissional; - Garantia de aprendizado profissional para as mulheres; - Contra a dispensa, sem justa causa, da mulher que se casa; - Garantia de oportunidade de emprego para a mulher casada; - Garantia de estabilidade de emprego para as mulheres gestantes e lactantes, além do período estabelecido por lei; - Que o trabalho doméstico e a educação das crianças sejam reconhecidos não como uma função exclusivamente da mulher, mas do homem também e de toda a sociedade, devendo, portanto, ser assumidos pelo Estado; - Creches e berçários nas fábricas e nos bairros, como uma reivindicação de luta a classe trabalhadora; - Restaurantes e sanitários nas fábricas, com condições dignas de saúde e higiene; - Criação de equipamentos públicos que permitam a redução da dupla jornada de trabalho; - Dispensa remunerada do homem ou da mulher, em caso de doença dos filhos; - Que sejam respeitadas os intervalos de trabalho; - Contra os abusos da chefia, consequência da maior submissão da mulher; - Fiscalização das condições de trabalho, feita por uma pessoa eleita por Departamento ou Seção, com estabilidade de emprego durante o mandato; - Ampla participação dos trabalhadores nas decisões referentes às modificações das relações trabalhistas, definidas pela CLT; - Contra o trabalho noturno e as horas extras para todos os trabalhadores; - Pelo aumento geral dos salários".

#### ATUAÇÃO POLITICA DA MULHER

"A luta das mulheres por sua participação efetiva na sociedade, vincula-se, necessariamente, à luta pela democracia, como condição básica à participação de todos" — diz o documento "Na defesa de seus direitos, nós, mulheres, nos identificamos com todos os que buscam igualdade e lutam por uma sociedade mais justa".

Encerrando, o documento apresenta como intenção do encontro "iniciar um movimento de coordenação dos diversos grupos de mulheres interessadas na luta

pela emancipação feminina e pela democracia".



Câmara Municipal de Jundiaí  
S. P.

*[Handwritten initials]*

REQUERIMENTO N. 293

Sr. Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ  
APROVADO  
Sala das Sessões, em 28/3/78  
*[Signature]*  
Presidente

REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, ouvido o soberano Plenário, seja concedida URGÊNCIA para discussão da Moção nº 11/78, de minha autoria na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, 28/março/1 978.

*[Signature]*  
Ariovaldo Alves.

*[Handwritten signatures and notes]*  
Bragm  
Cat.  
*[Other illegible signatures]*